

POLÍTICA EXECUTIVO - 28 de junho de 2017

## Riscos devem ser administrados pelas empresas

Presidente do Instituto Acende Brasil defende uma menor participação do Estado no mercado de energia elétrica

ENTREVISTA COM CLÁUDIO SALES, DO ACENDE BRASIL

As reformas que o governo federal prepara são aguardadas com expectativa pelo mercado. Não se esperam inicialmente grandes intervenções até porque é necessária a participação do Congresso Nacional nas discussões por haver a necessidade de dispositivos que regulem diversos aspectos das alterações. Mas discutir as mudanças não é apenas iniciativa que vem do poder central para o mercado. O Instituto Acende Brasil está desenvolvendo um projeto de P&D que será apresentado em seu evento bienal, o Brazil Energy Frontiers 2017.

De acordo com o presidente da entidade, Claudio Sales, será apresentada uma nova arquitetura para o modelo, que será baseada na oferta de preços por parte dos agentes. Um caminho que é visto em vários países do mundo.

Sales conta, em entrevista à **Agência CanalEnergia**, que vê com otimismo as alterações que vêm sendo implantadas no setor, tais como o posicionamento para a Eletrobras, quebrada no ano passado e que vem se recuperando após anos de pressão política e destruição de valor. E defende, ainda, a privatização das empresas como uma forma de garantir a perenidade das operações sem onerar a sociedade brasileira, uma vez que é esta quem paga pela ineficiência das estatais. Veja a seguir os principais trechos da entrevista:

**Agência CanalEnergia:** O Instituto Acende Brasil promoverá novamente o Brazil Energy Frontiers em um momento de grandes discussões sobre o modelo setorial brasileiro. O que está no escopo do evento este ano?

**Claudio Sales:** Essa será a quarta edição. O evento esse ano se propõe a apresentar uma nova arquitetura de mercado. Hoje, o setor elétrico é ancorado nos parâmetros da operação centralizada, com base em modelo computacional. O PLD é derivado dessa modelagem e os agentes não operam suas usinas, cujos contratos são de longo prazo. Pois bem, vamos apresentar uma nova arquitetura onde a nossa visão é de não ser mais isso. Os agentes devem tomar a sua decisão com base em um arcabouço de regras de oferta de preços individuais. Isso envolverá a adoção de opções (puts e calls) e uma outra visão que está sendo observada no mundo inteiro: liquidação diária, produtos no *day ahead* e ofertas com antecedência, bem como a programação do dia com base nessas ofertas, mas obviamente com ajustes diários e *intraday*. Apresentaremos um debate acerca do tema com a experiência internacional do professor Alfredo Garcia, convidado como palestrante, vindo da Universidade da Florida, e um estudo que estamos desenvolvendo como projeto de P&D para ajudar a construir a visão desse desenho. E nosso objetivo é o de responder à questão de como deve ser redesenhado o mercado de energia elétrica no Brasil.

**Agência CanalEnergia:** Qual é a expectativa quanto à reforma que o governo planeja para o modelo setorial que vem se falando há alguns meses?

**Cláudio Sales:** Essa é uma medida que está sendo gestada há algum tempo no governo e a expectativa é de que teremos em breve a publicação dessa nota técnica que será colocada em consulta pública. Serão analisadas questões que requerem mudanças legislativas e isso depende da tramitação do Congresso e não há prazo para essa avaliação. Nossa expectativa é positiva e sabemos do empenho dessas pessoas virtuosas que estão à frente do ONS, da EPE e do Ministério e que trabalham para reposicionar o setor. Apesar de jovem, a história vem provando que o Ministro tem acertado na escolha das pessoas que colocou e na liderança que ele tem implementado. Temos que ter como objetivo blindar o setor da interferência política que temos visto para que continue avançando. Temos exemplos de problemas sérios na geração, transmissão e distribuição, além da situação da liquidação financeira do mercado de curto prazo. Tudo acaba sendo herança da MP 579, que desajustou o arcabouço regulatório. Esperamos que nessa nota técnica tenhamos a direção que o governo pretende seguir.



*Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil*

**Agência CanalEnergia: Acredita que todos esses pontos devem vir logo de uma vez nesse texto?**

**Cláudio Sales:** Não se espera que venha um modelo detalhado na proposta, mas que traga a correção de rumo, indicação de um norte diferente que contenha mecanismos que sejam regulados posteriormente por outros instrumentos. E, em linhas gerais, na nossa visão, deve abrigar duas coisas: a primeira é equacionar melhor a vulnerabilidade que temos hoje quanto aos diversos problemas em GTDC; e, a segunda é direcionar diversas questões que deem aos agentes a capacidade de administrar seus próprios riscos, inclusive para os consumidores. Essa é uma corrida contra o relógio pois, do jeito que está o setor, vivemos em uma insegurança grande e falta sustentabilidade. A questão da liquidação é um dos exemplos. Há uma série de pontos que a medida deve endereçar, mas é preciso respeitar os contratos que estão vigentes. Ou seja, não tem coisa simples a ser feita no setor elétrico.

**Agência CanalEnergia: Daqui a um ano estaremos em plena corrida eleitoral. Há tempo para isso?**

**Cláudio Sales:** Não sei se em um ano será possível, mas o governo está empenhado em avançar. Essa turma que está aí é muito capaz e o Ministro tem se mostrado um grande líder. Temos que aproveitar esse momento virtuoso do setor, com disposição ao diálogo, pois representa um contraste com o que tivemos nos últimos anos.

**Agência CanalEnergia: Apesar dos defeitos que hoje estão aí, o atual modelo setorial teve suas virtudes?**

**Cláudio Sales:** Houve um crescimento sim do setor elétrico, mas não podemos esquecer que esteve baseado mais na expansão da economia, o que acabou disfarçando a ineficiência do setor. De bom tivemos a introdução dos leilões de energia, que trouxeram sim uma revolução positiva, pois até então havia sérias dificuldades, inclusive a falta de incentivos para investimentos em expansão, e os leilões vieram e equacionaram esse problema. Os números são expressivos, mas com esse crescimento vieram também projetos que não se sustentavam e projetos com participação forte da Eletrobras, onde não raramente víamos a destruição de valor da empresa.

**Agência CanalEnergia: A Eletrobras vem passando por um processo de mudanças que envolve privatizações e redução de tamanho. Como o senhor vê essa iniciativa?**

**Cláudio Sales:** O caso da Eletrobras é um espetáculo, com toda essa mudança na empresa desde que o atual presidente assumiu. Os números apresentados do que era a empresa um ano atrás e o que temos agora mostram a evolução. Mas, mesmo com o atual momento, não se pode considerar a partida ganha, pois ainda há grupos de pressão que, a bem da verdade, são os grandes responsáveis pela destruição de valor da companhia. Esses grupos são o grande empecilho às mudanças na empresa e não podemos menosprezá-los porque têm muita força e estão representados pela política sindical na qual o Brasil foi colocado.

**Agência CanalEnergia: A empresa estatal é tão ineficiente assim? Como é que se pode verificar o impacto desse aparelhamento político em uma estatal ante uma empresa da iniciativa privada?**

**Cláudio Sales:** Um exemplo da diferença entre a eficiência estatal e a privada pode ser apontado com a privatização da geração da Eletrosul em 2002, que foi segregada e chamada de Gerasul. Essa parte representava 5% do tamanho da Eletrobras em 1998. Então, de lá para cá, essa empresa mudou de nome e hoje é o que conhecemos como Engie, uma empresa privada que cresceu e hoje é maior que a Eletrobras em valor de mercado. Ou seja, o que era apenas 5% da Eletrobras, hoje é quase 1,2 vezes o tamanho da empresa de onde foi segregada. Isso mostra que o modelo que está aí é um desastre por conta de seu uso político no grau mais elevado, pois está baseado em políticas sindicais que são inegavelmente destruidoras de valor para a sociedade. Daqui para a frente, esperamos que os marcos mais relevantes apareçam com a privatização das federalizadas e esperamos os próximos passos com o formato da venda das distribuidoras da Eletrobras. Se não for possível vender as seis distribuidoras, sejam vendidas quatro pelo menos.

Uma empresa tem que ser geradora de valor. É um absurdo o que aconteceu na Eletrobras e a sociedade tem que apoiar a holding, que precisa buscar ser virtuosa, e não destruidora de valor. Uma empresa tem que ser criadora de valor. Se não for, a privatização aparece como solução mais óbvia e eficiente para o tratamento dessas questões. E as empresas que não forem privatizadas devem implantar um modelo de eficiência para que sejam mais bem geridas do que hoje. Um dos aspectos a evoluir é que o corpo de funcionários deve ter em mente que sua remuneração deve ser de acordo com sua eficiência, tornando perene essa política. Até porque hoje a diretoria é uma, mas pode mudar, pois estamos falando de uma estatal que, por definição na literatura econômica, é apontada como menos eficiente que uma empresa privada, pois seu objetivo é indefinido.

Enquanto a privada tem esse objetivo claro, que é gerar valor para o acionista, a estatal fica com a discussão sobre qual deve ser seu foco em função de sua “presença estratégica” para o país ou “função social”. Isso acaba desviando o foco. Além disso, não podemos esquecer do uso político, inchaço e burocracia, que levam à ineficiência e não permitem que a estatal tenha a agilidade de uma empresa privada.

**Agência CanalEnergia:** Um ponto que é questionado é o valor de venda das empresas privatizadas no passado, onde se apontava um valor considerado baixo pelas companhias que hoje valem muito mais...

**Cláudio Sales:** Isso mais que comprova a tese de que a iniciativa privada é muito melhor para a sociedade que a estatal. Esse é o lado virtuoso. As empresas no passado foram vendidas por um valor e, ao longo dos anos, foram pagando imposto e mostraram que são eficientes. Há vários exemplos no setor elétrico e em outras áreas.

*Por: Maurício Godoi, da Agência CanalEnergia, de São Paulo*

*(Nota da Redação: matéria alterada às 13:27 horas do dia 29 de junho de 2017 para adequação do texto)*